

Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC

AJUSTE DIRETO N.º 382/2022 - IBMC

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA EM REGIME DE AVENÇA

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Índice

Artigo 1º - Identificação e Objeto do Procedimento.....	4
Artigo 2º - Contraente Público.....	4
Artigo 3º - Órgão que Tomou a Decisão de Contratar	4
Artigo 4º - Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento	4
Artigo 5º - Convite e Entidade Convidada.....	4
Artigo 6º - Condução do Procedimento.....	4
Artigo 7º - Acesso às Peças do Procedimento	5
Artigo 8º - Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento	5
Artigo 9º - Impedimentos e a sua Revelação	5
Artigo 10º - Documentos que Constituem a Proposta	5
Artigo 11º - Preço Base e Indicação do Preço.....	6
Artigo 12º - Modo de Apresentação da Proposta.....	6
Artigo 13º - Prazo para apresentação da Proposta.....	7
Artigo 14º - Prazo de Manutenção da Proposta.....	7
Artigo 15º - Propostas Variantes.....	7
Artigo 16º - Negociação	7
Artigo 17º - Leilão Eletrónico	7
Artigo 18º - Análise da Proposta e Adjudicação	7
Artigo 19º - Notificação da Adjudicação	7
Artigo 20º - Documentos de Habilitação	8
Artigo 21º - Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar.....	8
Artigo 22º - Confirmação de Compromissos	9
Artigo 23º - Falsidade dos Documentos e Declarações.....	9
Artigo 24º - Celebração do Contrato	9
Artigo 25º - Outras Disposições	10
Artigo 26º - Contagem de Prazos	10
Artigo 27º - Despesas e Encargos.....	10
Artigo 28º - Prevalência.....	10

Artigo 29º - Comunicações e Notificações.....	10
Artigo 30º - Sigilo	11
Artigo 31º - Partes Integrantes, Direito e Legislação Aplicáveis	11
ANEXO I - Modelo de Declaração.....	12
ANEXO II - Modelo de Proposta.....	14
ANEXO III – Modelo de Declaração	16
ANEXO IV – Modelo de Declaração	17

IBMC

Artigo 1º - Identificação e Objeto do Procedimento

1. O procedimento é designado por Ajuste Direto com a referência [AD 382/2022](#), tendo em vista a *Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica em Regime de Avença*, objeto do contrato a celebrar e em conformidade com as especificações técnicas e condições constantes do *Anexo I* do Caderno de Encargos deste procedimento pré-contratual.
2. A presente aquisição tem a Classificação CPV: 79100000-5 (Serviços Jurídicos).

Artigo 2º - Contraente Público

Instituto de Biologia Molecular e Celular – IBMC

NIF 503 828 360 | Rua Alfredo Allen, 208 | 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

Artigo 3º - Órgão que Tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Direção do Contraente Público, Órgão Competente para a decisão de contratar, em 16 de maio de 2022.

Artigo 4º - Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento

O procedimento é por ajuste direto ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, 29/1 e demais legislação e regulamentação aplicáveis, adiante designado por "CCP", em especial, nos termos e efeitos do disposto nas alínea a), do n.º 1 e da alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º; na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º; do n.º 1 do Art.º 36.º; no Art.º 38.º; e Arts.º 112.º e seguintes.

Artigo 5º - Convite e Entidade Convidada

O Instituto de Biologia Molecular e Celular – IBMC convida a empresa *CNA - Curado, Nogueira & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL*, a apresentar proposta, no âmbito de um procedimento pré-contratual por Ajuste Direto.

Artigo 6º - Condução do Procedimento

O procedimento pré-contratual é conduzido pelo serviço competente do Contraente Público, nomeadamente, o Serviço de Contratação Pública, na pessoa Responsável, designado pela Direção do Contraente Público, em 16/05/2022, com o endereço correio eletrónico procedimentosccp@ibmc.up.pt e com o horário de expediente das 9:00-12:30 e 14:00-17:30 horas.

Artigo 7º - Acesso às Peças do Procedimento

1. O processo do procedimento é, atento ao disposto nos artigos 40.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2; 42.º e 115.º do CCP, constituído pelo convite à apresentação de proposta e pelo caderno de encargos e ademais documentação que dele faça parte integrante.
2. As peças do procedimento poderão ser obtidas através de download na página do Contraente Público <http://www.ibmc.up.pt/public-procurement>

Artigo 8º - Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do procedimento são da competência do Contraente Público, devendo os respetivos pedidos serem dirigidos para o seguinte endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt Os esclarecimentos devidos serão prestados pela mesma via.

Artigo 9º - Impedimentos e a sua Revelação

1. O Adjudicatário não se pode encontrar em nenhuma das situações previstas no Artigo 55.º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o vertido nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55.º aplica-se os regimes de regularização de dívidas fiscais e dívidas à Segurança Social.
3. O Adjudicatário, caso se encontre numa das situações referidas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 do artigo supramencionado, poderá demonstrar a sua idoneidade para a execução do contrato, designadamente, mediante:
 - a) Demonstração de que ressarcir ou tomou medidas para ressarcir eventuais danos causados pela infração penal ou falta grave;
 - b) Esclarecimento integral dos factos e circunstâncias por meio de colaboração ativa com as autoridades competentes;
 - c) Adoção de medidas técnicas, organizativas e de pessoal suficientemente concretas e adequadas para evitar outras infrações penais ou faltas graves.
4. Não obstante, pelo cumprimento, pelo Adjudicatário, do disposto nas alíneas anteriores, o Contraente Público poderá decidir pela não relevação do impedimento.

Artigo 10º - Documentos que Constituem a Proposta

1. A proposta a apresentar pelo convidado, deverá conter os seguintes documentos:
 - a) Declaração do convidado de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo I* ao presente Convite (Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP);
 - b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo II (Modelo de Proposta)* ao presente Convite, do qual faz parte integrante;

- c) Modelo de declaração de compromisso de entidade subcontratada, **quando aplicável**, *Anexo IV* do presente Convite;
- d) Outros documentos, que o convidado considere indispensáveis, por conterem **atributos da proposta**, de acordo com os quais se dispõe a contratar. No entanto, a informação contida nos referidos documentos, deverá limitar-se ao estritamente necessário para a caracterização da prestação de serviços objeto do contrato, até ao limite de **5 (cinco) páginas** apresentadas pelo convidado. Caso seja excedido este limite, as páginas excedentes não serão consideradas para qualquer efeito.

2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou, se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, acompanhados de tradução devidamente legalizada, que prevalece sobre os respetivos originais.

Artigo 11º - Preço Base e Indicação do Preço

1. Para efeitos de elaboração de proposta(s) fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor de € 72 000 (setenta e dois mil euros), correspondente ao valor da avença mensal de € 2 000 (dois mil euros), para a vigência máxima de 3 (três) anos.
2. O preço da proposta, devem incluir todos os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar e deverão ser indicados em euros, em algarismos e não incluir o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais mais decompostos.

Artigo 12º - Modo de Apresentação da Proposta

1. A proposta relativa ao presente procedimento deverá ser submetida, através da página de Internet do Contraente Público, cujo acesso é gratuito: www.ibmc.up.pt/public-procurement.
2. Poderão submeter até um máximo de 10 ficheiros com uma dimensão individual, máxima, de 26MB e nos seguintes formatos: pdf, zip, rar, xls, docx, doc e odt. Após a submissão, a entidade
3. convidada receberá uma confirmação, via correio eletrónico, do ato.
4. Alertamos que apenas ficará autorizado a aceder ao nosso portal, para efeitos de submissão de proposta, o(s) endereço(s) de correio eletrónico por nós autenticado(s), juntamente com a chave do tipo "c5651f87c86dfdb3473e027ec8a28abb8958db" fornecida aquando do envio do convite deste procedimento.
5. Será da responsabilidade da entidade convidada qualquer problema que ocorra no envio ou receção de mensagens de correio eletrónico de dimensão excessiva.

Artigo 13º - Prazo para apresentação da Proposta

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser submetidos até às **17h00** do dia **20 de maio de 2022**.

Artigo 14º - Prazo de Manutenção da Proposta

A proposta será válida pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

Artigo 15º - Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 16º - Negociação

As propostas apresentadas não serão, em caso algum, objeto de negociação.

Artigo 17º - Leilão Eletrónico

Não haverá lugar a Leilão Eletrónico.

Artigo 18º - Análise da Proposta e Adjudicação

1. O serviço competente nomeado para a condução do procedimento realizará a análise da proposta apresentada em todos os seus atributos, termos e condições elaborando um projeto de decisão de adjudicação que remeterá, à consideração superior do Órgão Competente para a decisão de contratar, a quem incumbe decidir sobre o seu teor, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A adjudicação é o ato pelo qual o Órgão Competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada e notifica a sua adjudicação, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 19º - Notificação da Adjudicação

1. Em conformidade com o artigo 77.º do CCP a decisão de adjudicação é notificada ao Adjudicatário.
2. Juntamente com a notificação de adjudicação, o Adjudicatário será também notificado:
 - a) Para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no Artigo seguinte, do presente Convite e nos termos do Artigo 81.º do CCP;
 - b) Confirmar no prazo **3 (três) dias úteis**, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Da minuta do contrato, em conformidade com o exposto nos Artigos 100.º a 103.º do CCP;
3. Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.

Artigo 20º - Documentos de Habilitação

1. Em caso de adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar, nos termos do artigo 81.º do CCP, conjugado com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de setembro os seguintes Documentos de Habilitação no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da notificação da decisão de adjudicação:
 - a) Declaração, sob compromisso de honra, elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo III* ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP.
2. Estando o Adjudicatário inscrito no Portal de Fornecedores do Estado – PNFE, www.pnfe.impic.pt, não carece de apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
3. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa e ser apresentados nos termos previstos, respetivamente nos artigos 4.º, 5.º e 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Para efeitos do disposto no número anterior, a tradução devidamente legalizada dos documentos de habilitação, quando estes estiverem redigidos em língua estrangeira, prevalece, em qualquer caso e para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
6. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o Órgão Competente para a decisão de contratar notificará o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia
7. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no presente artigo através do endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt
8. A não apresentação dos documentos de habilitação nos termos previstos no presente artigo implica a caducidade da adjudicação (*vide n.º 4 do artigo 86.º do CCP*).

Artigo 21º - Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar

1. Não haverá lugar à adjudicação quando se verifique uma das causas previstas no artigo 79.º do CCP.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 79.º do CCP.

3. Determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção do Contraente Público ou do Adjudicatário ou por insolvência deste, à luz do artigo 87.º-A do CCP.
4. A decisão de não adjudicação referida nos números anteriores determina a revogação da decisão de contratar, nos termos estabelecidos no artigo 80.º do CCP.

Artigo 22º - Confirmação de Compromissos

1. O Adjudicatário deve, no prazo de **3 (três) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
2. No âmbito do gizado no artigo 92.º do CCP, a pedido fundamentado do Adjudicatário, o Órgão Competente para a decisão de contratar pode prorrogar o prazo fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.
3. A não confirmação de compromissos é regulada nos termos do disposto no artigo 93.º do CCP.

Artigo 23º - Falsidade dos Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

Artigo 24º - Celebração do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo Órgão Competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, notificando-a ao Adjudicatário, considerando-se por este aceite quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos **2 (dois) dias** subsequentes.
2. Presente o estatuído nos artigos 94.º a 106.º do CCP, em especial o preceituado no artigo 94.º do CCP, o contrato é reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, sendo da responsabilidade do Adjudicatário todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, incluindo os impostos legalmente devidos pelo Adjudicatário.
3. Para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 97.º do CCP, sem prejuízo do determinado nos n.ºs. 2 e 3 do mesmo artigo, o preço contratual é o preço a pagar, pelo Contraente Público, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
4. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos previstos no artigo 104.º do CCP.

5. A não outorga do contrato é regulada nos termos previstos no art.º 105.º do CCP.

Artigo 25º - Outras Disposições

1. O Contraente Público pode, a todo o tempo, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo Adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número precedente, o Adjudicatário obriga-se a prestar todos os esclarecimentos, tidos por necessários pelo Contraente Público, relativamente à proposta apresentada.
3. Os preços constantes da proposta devem, sempre, incluir todas as despesas e os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar, nomeadamente devem logo refletir todos os custos, encargos e despesas inerentes à aquisição em causa, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.

Artigo 26º - Contagem de Prazos

A contagem dos prazos relativos ao presente procedimento de formação de contrato é regulada nos termos do disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 27º - Despesas e Encargos

Todas as despesas relacionadas com a participação no presente procedimento, incluindo as relacionadas com a elaboração e apresentação de propostas e de documentos de habilitação e com a celebração do contrato, constituem encargos do Adjudicatário.

Artigo 28º - Prevalência

1. Em caso de divergência entre os esclarecimentos e as retificações e as peças do procedimento a que dizem respeito, de que fazem parte integrante, prevalecem os primeiros.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º, do referido diploma legal e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma.

Artigo 29º - Comunicações e Notificações

As notificações e as comunicações relativas ao presente procedimento de formação de contrato, são reguladas nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 30º - Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar, nos termos legais, o necessário sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com o presente procedimento, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente ao presente procedimento.
3. A obrigação referida nos números anteriores é extensível aos agentes, funcionários, trabalhadores e colaboradores do Adjudicatário, incluindo contratados, bem como é extensível a terceiros que os mesmos envolvam.
4. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do termo, por qualquer causa, do presente procedimento, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 31º - Partes Integrantes, Direito e Legislação Aplicáveis

1. Fazem parte integrante deste convite todos os seus anexos, referenciados nos artigos antecedentes.
2. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa, sendo que ao procedimento e em tudo o omissa e ou que não esteja especialmente previsto neste convite aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação e regulamentação aplicáveis, e, se for o caso, o estatuído no caderno de encargos deste procedimento.

Junta: 4 anexos ao Convite

Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Porto, 16 de maio de 2022

ANEXO I - Modelo de Declaração

la que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A do CCP, conforme aplicável

1- _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ¹ _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto com a referência AD 382/2022, para a *Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica em Regime de Avença*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

- a) Anexo I - Declaração;
- b) Anexo II - Modelo de proposta;
- c) ...;

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação das sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57º do CCP.

Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura⁴]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

ANEXO II - Modelo de Proposta

----- [nome], na qualidade de representante legal de ⁵ ----- [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes e capitais sociais], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite e do caderno de encargos do procedimento, relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Direto com a referência AD 382/2022, para a *Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica em Regime de Avença* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se propõe executar, em conformidade com o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as cláusulas, e legislação aplicável, o objeto do contrato a celebrar, nos termos das especificações e com as características e nas condições constantes do caderno de encargos do presente procedimento e pelo(s) seguinte(s) atributo(s):

- i. Preço global proposto é de € (por algarismos e extenso) (vide *Cláusula 4ª e 9ª* do Caderno de Encargos) [completar].
- ii. Preço proposto para a avença mensal é de € (por algarismos e extenso) (vide *Cláusula 4ª e 9ª* do Caderno de Encargos) [completar].

Código de acesso à Certidão Permanente da empresa [completar]⁶.

Comunicações e notificações:

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [completar]

Morada: [completar]

Endereço de correio eletrónico: [completar]

Ao valor acima mencionado, acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que se submete(m), em tudo o que respeitar ao objeto do procedimento, e à execução do contrato ao que se acha prescrito na legislação portuguesa em vigor e ao foro do Tribunal da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Local], [Data], [Assinatura]⁷

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁶ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁷ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

IBMC

ANEXO III – Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1. [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], sendo Adjudicatário(a) no procedimento de Ajuste Direto com a AD 382/2022, para a *Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica em Regime de Avença* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:⁸

2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁹] os documentos comprovativos de que a sua representada¹⁰ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura¹¹]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

⁸ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁹ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

¹⁰ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

¹¹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

ANEXO IV – Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do Artigo 10º do Convite, se aplicável]

Declaração de Compromisso de Entidade Subcontratada

..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de
..... [firma, número de identificação fiscal e sede da entidade subcontratada], tendo tomado inteiro e
perfeito consentimento das peças do procedimento de Ajuste Direto com a referência **AD 382/2022**, para a
Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica em Regime de Avença declara, sob compromisso de honra e na
qualidade de entidade subcontratada, que, em caso de adjudicação da proposta apresentada por [firma
do concorrente ou, no caso de agrupamento concorrente, firma das entidades que o compõem], a entidade sua
representada se compromete a executar, em regime de subcontratação, a(s) atividade(s) de [identificar
todas as atividades pelas quais a entidade subcontratada será responsável] integradas no objeto do contrato a
celebrar, em conformidade com o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as
suas cláusulas.

[Local], [Data], [Assinatura¹²]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero
elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

¹² Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) da entidade subcontratada